

Covas vê dificuldade em aprovação do projeto

Governador não acredita que Senado vá abrir mão da prerrogativa de votar os empréstimos

O governador Mário Covas acredita que o Senado vai resistir em aprovar o projeto que dispensa aprovação legislativa para todos os empréstimos concedidos aos Estados e ao Distrito Federal. "Não acho que vai ser fácil aprovar isso", afirmou Covas ontem. Ele admitiu que a proposta torna a liberação de empréstimos mais ágil, mas considera difícil os senadores abrirem mão de sua prerrogativa.

Para o governador de Minas, Eduardo Azeredo (PSDB), se for aprovado, o projeto de resolução vai significar o fim da burocracia que tem prejudicado os Estados na solução de seus problemas financeiros. Ele citou como exemplo os recursos para diversos projetos em Minas, oriundos do lucro total da Companhia Vale do Rio Doce, que estão sendo aguardados há mais de sete meses pelo Estado.

"É uma questão burocrática", observou. "A necessidade de aprovação pelo Senado tem atrasado muito a liberação de recursos importantes." Este ano, Minas teria direito a cerca de R\$ 8 milhões do lucro da Vale, parte do qual é transformada em financiamentos aos Estados em que a companhia atua. "A Assembleia de Minas aprovou a liberação do dinheiro

em junho, depois o assunto teve de passar pelo Banco Central e pelo Senado e só agora, no final de 1996, é que vamos ter autorização para usar esses recursos", explicou o governador.

Protocolo — Azeredo não quis comentar a medida provisória do governo federal que estabelece condições genéricas para o refinanciamento das dívidas estaduais com a União. "Sobre medidas provisórias eu não falo", esquivou-se o governador. Minas foi o segundo Estado a assinar um protocolo com o governo federal para redefinir a forma de pagamento de sua dívida mobiliária, que chega hoje a R\$ 11 bilhões.

Com o acordo, que precisa da aprovação da medida provisória para ser executado, o Estado estenderá o pagamento de seus débitos por mais 30 anos, com juros de 6% ao ano mais correção pelo IGP-

DI. A renegociação deverá representar uma economia mensal aos cofres estaduais de R\$ 25 milhões, atualmente destinados à rolagem da dívida.

O Tesouro assumirá as obrigações de Minas com o mercado financeiro, representadas por títulos que equivalem a 70% do total da dívida. Outro item do acordo prevê que 20% do montante devido será quitado com a venda de ativos. Parte desses recursos virão da privatização de dois dos três bancos estaduais, Credreal e Bemge.

**AZEREDO DIZ
QUE ESTADOS
SERIAM
BENEFICIADOS**